



A ofensiva extrativista e os mercados de carbono nas florestas: impactos e resistências

Boletim do WRM 265

Março 2023

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO. Por que a defesa das florestas e de suas comunidades também é uma luta feminista?.....	2
Monocultura de seringueiras em territórios comunitários em Mabu, Moçambique: concessão de injustiças.....	5
Camboja: plantações de seringueira, áreas protegidas, REDD+ e outras ameaças: uma perda dramática para os habitantes da floresta.....	11
Os “serviços ambientais” na Constituição do Equador: uma forma de aprofundar a concentração de terras?.....	17
Tailândia: valorizando florestas como créditos de carbono.....	21
Soluções baseadas na natureza: empresas poluidoras alimentam o caos climático com maquiagem verde e compensações ilusórias.....	28
DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM.....	33
RECOMENDADOS.....	33
O modelo de plantações no Chile: a causa dos megaincêndios	
Peru: Projeto de “Lei Genocida” contra povos indígenas isolados	
“O escândalo da energia verde”: Drax recebe subsídios para queimar florestas	

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: Justiça Ambiental (JA!), Moçambique; Focus on the Global South, Camboja; Acción Ecológica, Equador; Thai Climate Justice for All, Tailândia; e membros da Secretaria Internacional do WRM.

NOSSA OPINIÃO

Por que a defesa das florestas e de suas comunidades também é uma luta feminista?

As lutas feministas colocam a vida no centro e mostram que, para defender as terras e as florestas, é preciso transformar as relações de poder.

No mês do Dia Internacional da Mulher, este editorial reflete sobre um tema central para o WRM: o feminismo na luta pelas florestas.

Para isso, devemos nos perguntar: o que entendemos por feminismo? Para começar, surge a necessidade de reconhecer que não existe apenas uma, mas sim várias perspectivas feministas. E nessa pluralidade, vão-se entretecendo lutas, sobretudo a partir do Sul global, que abraçam causas comuns em busca de romper com a violência sistêmica que se exerce sobre seus corpos e territórios.

As mulheres vivem situações muito graves quando também enfrentam as opressões do racismo, da pobreza que lhes é imposta e da colonialidade. (1) O capitalismo *precisa* da opressão das mulheres, principalmente das negras e indígenas, para se expandir. Ele busca subjugar quem é pilar essencial da vida comunitária, dos saberes ancestrais, do trabalho de cuidado e de reprodução da vida. O capitalismo é patriarcal e se sustenta a partir do racismo e da colonialidade para aprofundar sua opressão sobre os territórios.

Enquanto mulheres e suas comunidades lutam para sustentar a reprodução da vida coletiva, o capitalismo – com seus projetos extrativos e de “compensação de carbono”, que buscam sustentar o extrativismo – destrói as florestas e suas histórias, envenena, divide em concessões o que antes era considerado inseparável, criminaliza e destrói o tecido interconectado da vida. Ao mesmo tempo, o capitalismo explora os corpos, principalmente de mulheres e meninas, que, não bastasse a exploração laboral, sofrem assédio e violência sexuais. Para isso, além da violência institucional, o capitalismo racista patriarcal utiliza tribunais, delegacias de polícia e postos de saúde que sustentam a impunidade desses crimes.

[Em uma entrevista](#), trabalhadoras que enfrentam a empresa de plantações de dendê PalmCi, na Costa do Marfim, relataram: “*Posso garantir que as mulheres são muito úteis [para essas empresas]. Colhendo dendê o dia todo, sem descanso, dia após dia, durante anos. (...) As empresas superexploram as mulheres para obter lucro. É isso que está acontecendo*”.

Enquanto isso, Rassela Malinda compartilha as histórias de mulheres em Papua, Indonésia, diante da imposição de plantações industriais de dendê. Em [seu artigo](#), ela explica que “*as plantações de dendezeiros são um dos espaços mais inseguros para as mulheres, não apenas por causa das condições vulneráveis de trabalho, repletas de injustiças e precariedades, mas também por causa do potencial de violência sexual e assédio que as ameaça dentro e próximo das plantações*”.

A esse respeito, mulheres da Costa do Marfim [contaram](#) que “as mulheres são vítimas de abusos físicos e de outros tipos. São espancadas e acusadas injustamente, como pretexto para exigir favores. Também há abuso sexual, mas isso é mantido em sigilo. Elas dizem: “Eu vi você na nossa plantação roubando frutos. Você cuida de mim e eu cuidarei de você”. É o que dizem, querendo dizer: ‘Vou deixar você ir com os frutos se você fizer sexo comigo’ (...) Ninguém foi punido por esses crimes, apesar dos braços quebrados e das crianças e mulheres traumatizadas. Esses crimes ficam impunes porque o que vale é a lei do mais forte”.

O sistema opressivo patriarcal também é evidenciado nas leis oficiais, bem como nas leis consuetudinárias, que muitas vezes dão aos homens a maior parte do poder sobre as decisões relacionadas à propriedade de terras. A mesma coisa acontece quando as empresas vêm às comunidades querendo assinar contratos, quase sempre com estratégias que reforçam a liderança masculina e organizando reuniões apenas com homens.

Flávia, líder ativista de uma comunidade quilombola (2) no Sapê do Norte, Brasil, [conta sua experiência](#) de luta para retomar suas terras e fontes de água: “A mulher é militante, é mãe, é dona de casa. (...) A gente sofre também o preconceito de ser mulher, preta, quilombola, agricultora, pobre. A empresa normalmente nos subestima demais. Eles acham que essa mulher não tem capacidade de entrar em um processo de negociação, então temos que ficar a todo instante provando quem é essa mulher.”

Por sua vez, Aminata Massaquoi, membro da Aliança informal contra as plantações industriais de dendê na África Ocidental e Central, nos contou, [em uma entrevista](#), sobre a situação das mulheres rurais com casamento consuetudinário em Serra Leoa: “Se o homem morre ou uma mulher quer dissolver um casamento devido à violência doméstica, ela pode não ter direitos sobre as terras em que trabalhou durante anos. Nesse caso, ela poderia ser retirada da terra pela família do marido. (...) Se forem casadas, as mulheres não devem ousar falar ou tomar decisões na presença dos maridos ou homens. Como resultado, nesse contexto, mulheres empoderadas ou cientes de seus direitos ficam expostas à violência dentro de suas casas por insubordinação.”

Como consequência, as lutas feministas também se realizam nos territórios, nas comunidades e nas próprias famílias. Em diversas ocasiões, as mulheres falam da importância de ter um espaço próprio, só para mulheres, onde possam se encontrar, se organizar e compreender as diversas formas de violência que habitam os espaços comunitários.

[Em uma entrevista](#), Guadalupe Núñez Salazar, coordenadora de La Red de Mujeres de La Costa en Rebeldía, de Chiapas, México, nos conta sobre a importância desses espaços para poder falar não apenas dos impactos do dendê em seus territórios, mas também da violência sobre o próprio corpo: “Trabalhar em processos organizativos de resistência também implica, em muitos casos, entrar em confronto com os próprios companheiros. Juntos, podemos ver maneiras de seguir em frente, de continuar lutando. Podermos nos abraçar e chorar juntas nos ajuda a fortalecer a nossa voz coletiva”.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

As vozes feministas nos territórios estão ficando mais fortes. Suas lutas colocam a vida no centro de tudo e mostram que, para defender suas terras e florestas, é preciso transformar as relações de poder.

(1) A noção de colonialidade do poder se refere à prolongação atual das bases coloniais que sustentaram a formação da ordem capitalista.

(2) Comunidades quilombolas são aquelas formadas por descendentes de africanos que foram submetidos à escravidão e fugiram para fundar quilombos no Brasil Colonial e Imperial.

Monocultura de seringueiras em territórios comunitários em Mabu, Moçambique: concessão de injustiças

No sopé do Monte Mabu, Moçambique, a expansão da monocultura de seringueiras tem restringido o acesso de comunidades Manhaua ao seu próprio território. Esse processo tem ocorrido por meio de abusos sistemáticos, estampando o contraste entre as diferentes formas da população local e do capital estrangeiro se relacionar com o meio em que estão.

No sopé do Monte Mabu, na região central de Moçambique, a expansão da monocultura de seringueiras pela empresa Mozambique Holdings tem restringido o acesso de comunidades Manhaua ao seu próprio território. Esse processo de expansão tem ocorrido por meio de abusos sistemáticos, estampando o contraste entre as diferentes formas da população local e do capital estrangeiro se relacionar com o meio em que estão.

As comunidades em Mabu (1)

Mabu é uma localidade do posto administrativo de Tacuane, no distrito de Lugela, província da Zambézia, Moçambique. Tem o mesmo nome da montanha ali existente, o Monte Mabu, um local de importância espiritual para as comunidades de seu entorno. Nos últimos anos, o monte se tornou internacionalmente conhecido em razão da elevada biodiversidade que abriga, já que está coberto pelo maior remanescente de floresta tropical do sul do continente Africano.

A população de Mabu está distribuída nas comunidades de Limbue, Namadoe, Nangaze e Nvava, predominantemente do povo Manhaua. Segundo a chefia administrativa da localidade, a população dos quatro povoados ultrapassa 10 mil pessoas, mas o número é superestimado, segundo lideranças locais. Tais comunidades estão vivamente conectadas com o território em que vivem, e suas condições de vida, em larga medida, refletem diretamente sua relação com o ambiente físico em que se encontram.

As casas, praticamente na sua totalidade, são construídas com paredes em pau-a-pique ou blocos de adobe, telhados de capim e pavimento de terra. A principal fonte de energia é a lenha coletada ou o carvão produzido localmente. Praticamente toda a água é obtida manualmente em córregos, poços ou no rio. Não há rede de energia elétrica e internet, e apenas uma minoria de famílias dispõem de pequenos painéis solares com capacidade para carregamento de baterias de pequenos aparelhos (telefone celular, rádio, lanterna). Algumas famílias dispõem de bicicleta e somente uma pequena minoria de motocicleta para o transporte pessoal e de produtos.

A base alimentar das comunidades provém da produção agrícola em *machambas* (pequenas áreas cultivadas) normalmente inferiores a 1 hectare por família. Entre os principais cultivos está a mandioca, o milho, o feijão, batata-doce, arroz e amendoim, sendo a alimentação complementada

pela caça, pesca e coleta de frutas. O conjunto de equipamentos utilizados é modesto, normalmente enxada, pá e facão, e a forma de produzir não conta com fertilizantes ou outros insumos vindos de fora. As famílias buscam, dentro do possível, realizar um sistema de rotação das áreas que permita a recuperação de parte de sua fertilidade natural por meio do pousio. Cabe também mencionar que há um trabalho em curso por parte da ONG moçambicana Justiça Ambiental (JA!) de apoio à organização das famílias em associações buscando melhorias no manejo e em seu sistema agrícola.

A quase totalidade dos moradores locais se dedica à agricultura, em sistema de trabalho familiar ou por conta própria. Dado que a maior parte da força de trabalho é empregada para a subsistência, há um baixo nível de trocas mercantis, portanto um baixo fluxo de mercadorias entre as comunidades e a sede do distrito, na povoação de Lugela, que fica a mais de 45 km da sede da localidade de Mabu, no pequeno centro da comunidade de Limbue – o que por si só já é desafiador. Apenas uma pequena parte da produção excede o autoconsumo e pode ser comercializada.

Na vida em Mabu, uma coisa é semelhante a outras comunidades, pequenas ou grandes, africanas ou não: o peso extra do fardo carregado pelas mulheres. Além de participarem ativamente no cultivo das *machambas*, também são responsáveis por todo o trabalho doméstico, que envolve o preparo do alimento, o cuidado com as crianças e um longo tempo de idas e vindas para obtenção de água e lenha, atividades que realizam junto com crianças, especialmente meninas. Todavia, o espaço ocupado pelas mulheres nas esferas de decisão comunitária é praticamente inexistente. Da mesma forma, as meninas estão menos presentes na escola, refletindo em taxas menores de alfabetização e de conhecimento do português, idioma oficial do país. Outro desafio mencionado durante as conversas foi a relativamente alta frequência de casamentos precoces de meninas de 12 a 14 anos, por exemplo.

Mas há também outro problema que tem impactado diretamente a vida das comunidades em Mabu, apontado pelos moradores com os quais o WRM e a JA! conversaram. Trata-se da escassez de áreas disponíveis para cultivo, coleta e caça e, conseqüentemente, do paulatino aumento das distâncias até as *machambas*, implicando em maior tempo e energia gastos no deslocamento. Entre os fatores que intensificaram esse problema – além de ter trazido outros novos – está a instalação da Mozambique Holdings, empresa de capital estrangeiro produtora de látex, e a conseqüente implantação de sua monocultura de seringueiras.

Mozambique Holdings LTD: capital estrangeiro com nome moçambicano

O grupo Mozambique Holdings Ltd (MHL) é um conglomerado de capital indiano estabelecido em Moçambique no início dos anos 1990, sendo hoje um dos maiores grupos privados do país. (2) Em 2020, seu volume de negócios foi superior a 100 milhões de USD, possuindo operações em Moçambique, Índia, EUA, China e Emirados Árabes. O grupo atua em diversos setores, tendo subsidiárias nos ramos automobilístico, farmacêutico, vestuário, imobiliário, mineração (carvão e

calcário), energético (concessões para hidrelétricas), fornecimento de água e irrigação, entre outros.

Os tentáculos do grupo alcançaram a localidade de Mabu no ano de 2013, ao adquirir uma concessão de terras de 10 mil hectares da antiga companhia de chá Madal SARL. A partir daí, por meio de sua subsidiária Agro-Industrial e Chá de Tacuane LDA, o grupo está implantando um projeto piloto de produção de borracha, tendo substituído as antigas áreas de chá e desmatando novas áreas para o monocultivo de seringueiras. A extração do látex efetivamente teve início em 2021, sendo que a principal finalidade da produção não consta no website da empresa. Possivelmente, trata-se do fornecimento de borracha para a indústria automotiva, particularmente da fabricante indiana de veículos Mahindra, da qual a MHL é distribuidora em Moçambique.

Acesso à terra, violência e medo

A chegada da corporação impactou fortemente o território e a vida de moradores de Mabu. Problemas de diversas ordens têm acompanhado a expansão dos seringais.

O primeiro deles diz respeito à terra. Ainda nos tempos coloniais, uma grande concessão de terras em Mabu já havia sido entregue para o capital estrangeiro que constituía a antiga companhia Madal, certamente num processo alheio a qualquer opinião da população local. No entanto, profundas crises assolaram o país durante a guerra civil (1977-1992) e diversos empreendimentos foram abandonados. Desde então, os planos do governo de reativar a produção de chá e algodão em Mabu para o mercado internacional não vigoraram. Abandonadas pelas iniciativas empresariais, parte das terras da concessão passou a ser utilizada pelas comunidades do entorno para produção de autoconsumo e para habitação. Nada mais legítimo, já que as terras nunca deveriam ter saído do controle da população local, se concordarmos com o direito dos povos tradicionais à sua autodeterminação.

Com a chegada da Mozambique Holdings em Mabu, mais uma vez a área da antiga concessão passou para o controle de capital de origem estrangeira, a despeito da ocupação e uso de ao menos parte das terras pelas comunidades locais. Agora, a população local não tem mais permissão para utilizar as terras localizadas no interior da concessão. Como se não bastasse o súbito impedimento no acesso à área, a empresa lança mão de meios truculentos e abusivos. Conforme o WRM e a JA! ouviram das lideranças locais e em parte já documentado (3), há relatos de apreensão de enxadas; perseguição; destruição de machambas; queima de celeiros de milho; expulsão de áreas já preparadas para machambas; queima de restos de madeira para população local não utilizar como lenha; entre outros. Em um dos casos, houve até mesmo o espancamento de um membro da comunidade Nvava por supostos chefes indianos vinculados à empresa, por utilizar uma via interna para regressar de um funeral na comunidade de Namadoe. (4)

Note-se que não estamos falando apenas de impedir o cultivo da terra, mas até mesmo a passagem pela área concedida à empresa. Foi relatado, por exemplo, o caso de uma família que, apenas por

transitar na área da empresa, foi seguida e impedida por meio de *chapadas* (tapas na cara) – tanto o marido quanto a esposa e a filha de 16 anos! Como se não bastasse, os seguranças rasgaram as blusas da mulher e da moça deixando seus seios à mostra, novamente evidenciando consequências da opressão estruturalmente distinta sofrida pelas mulheres.

No caso da comunidade de Limbue, impedir a passagem pelas áreas é particularmente grave considerando que a única estrada de acesso à comunidade passa justamente em meio à plantação. Ao restringir ou constranger o livre trânsito dos membros da comunidade, a empresa aumenta o isolamento da comunidade em relação ao restante do distrito. Tudo isso sob um clima de medo, ameaças e uma percepção comum entre os membros da comunidade de que não têm direitos ou algo a fazer diante dos abusos.

Parece até ironia, mas muito longe de Mabu, em outra língua, o proprietário (indiano) da Mozambique Holdings exalta o “*éthos* e a psique cultural moçambicana”, dizendo que, em *gratidão* ao país, sua empresa *retribui e evolui* “em harmonia com essa diversidade étnica e cultural”. (5)

Destaca-se, ainda, que até o momento a empresa afirma ter plantado apenas 1000 hectares de seringueiras e que ainda não atingiu a meta de seu projeto piloto o que é preocupante tendo em vista que a monocultura já alcançou as portas da sede da localidade.

Falta de transparência e inconformidades ambientais

A coação e as restrições no acesso à terra impostas aos moradores nos levam a outra questão, qual seja a falta de transparência em relação à concessão do direito de uso da terra à empresa. Apesar das solicitações por parte da Justiça Ambiental junto ao Ministério da Terra e Ambiente, as informações sobre esse processo e sobre o processo de consultas comunitárias não têm sido disponibilizadas, levantando dúvidas sobre a legitimidade da concessão. (6)

O mesmo ocorre em relação às informações sobre a conformidade ambiental do empreendimento. Ao visitar a localidade, percebe-se que a expansão das plantações tem sido realizada a partir da derrubada da vegetação nativa. Além disso, em muitos locais as plantações se estendem até a margem dos cursos d’água, sem existência de mata ciliar. Ademais, tendo em vista que não houve qualquer avaliação de impacto ambiental – legalmente requerida em Moçambique –, cabe questionar *como* ou *se* a Mozambique Holdings obteve licenciamento ambiental para a implantação de seus monocultivos em Mabu.

Expectativas ilusórias, sub-emprego e trabalho precário

Outra dimensão problemática em relação ao empreendimento diz respeito a questões trabalhistas, que, segundo relatos dos moradores, estão longe das expectativas geradas na época em que foi anunciado o trespasse da concessão para a Mozambique Holdings, tanto em termos de quantidade de postos de trabalho quanto em termo de qualidade.

Anselmo Matusse, que averiguou as condições de trabalho junto à empresa, relata um quadro abusivo de jornadas de trabalho de 12 horas, com tarefas/metastas diárias inatingíveis, cujo resultado, ao fim do mês, não chegava nem perto do salário mínimo. (7) Relatou também o não fornecimento de ferramentas de trabalho por parte da empresa, assim como a venda compulsiva de sapatos e carne aos trabalhadores, para depois descontar do valor de seus salários.

Contrastes e contradições

O que se vê em Mabu é um contraste revelador da assimetria de poder entre a Mozambique Holdings e as comunidades, e de suas lógicas completamente distintas de se relacionar com a terra. Para a Mozambique Holdings, a terra é um mero substrato para uma monocultura de um milhão de seringueiras – boa parte tendo substituído a biodiversidade do lugar – tratadas com fertilizantes sintéticos e agrotóxicos trazidos de longe a base de combustíveis fósseis, produzindo uma commodity que dali será exportada, e resultando em lucro que se destinará a estrangeiros que provavelmente nunca pisarão ali. Com base nos fatos, pouco importa para a Mozambique Holdings se seu negócio obriga moradores a buscar outros lugares com condições mais precárias para suas atividades de sustento.

Já para as comunidades Manhaua, a terra é a fonte de praticamente todo seu alimento, água, abrigo (casas) e energia (lenha), obtidos por meio de um sistema de manejo realizado autonomamente há muitas gerações. Além de literalmente garantir a existência física das comunidades, a terra é também o lugar em que se perpetuam suas crenças, costumes e conhecimentos, transmitidos e partilhados através de sua própria língua de geração em geração.

Este artigo não visa romantizar o modo de vida das comunidades de Limbue, Namadoe, Nvava e Nangaze, mas sim enfatizar os impactos das plantações industriais em seus territórios. A chegada da Mozambique Holdings em Mabu é mais um exemplo, entre tantos outros, de como corporações que necessitam de terra para suas monoculturas de árvores simplesmente atropelam comunidades, não importando há quanto tempo estejam naquele território. Pergunta-se: qual tem sido o benefício para os moradores de Mabu? Quem decidiu conceder uma parte daquelas terras sem qualquer consulta ou participação das comunidades?

Do ponto de vista das comunidades, a lógica de priorizar uma empresa mediante restrições no acesso da população à terra é um disparate por si só. Adicionalmente, a Mozambique Holdings torna a situação mais grave através dos abusos e métodos violentos mencionados. Se o objetivo da concessão em Mabu fosse trazer benefícios econômicos e sociais para os moçambicanos – e não gerar lucro para uma empresa privada – incentivar as iniciativas em curso das comunidades buscando melhorar as condições de vida faria muito mais sentido. O que é inconcebível é que comunidades como as de Mabu sejam obrigadas a aceitar que o destino de suas terras – e, portanto, o seu próprio destino – seja determinado por quem está fora delas.

Justiça Ambiental (JA!), Moçambique, e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (1) As informações apresentadas nesta seção foram obtidas com base na visita feita pelo WRM e pela JA! em outubro de 2022, quando foram feitas muitas conversas com moradores de Mabu, confirmadas pelos dados do último censo e do informativo oficial mais recente do distrito de Lugela ao qual foi possível obter acesso: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2903/23567/version/1/file/Lugela.pdf>
- (2) Mozambique Holdings, O nosso legado, <https://mhl.co.mz/about-us-pt/>; Mozambique Holdings, Visão partilhada, ambição unificada, <https://mhl.co.mz/portfolio-pt/>.
- (3) Justiça Ambiental, 2021, <https://justica-ambiental.org/2021/09/27/camponeses-denunciam-a-empresa-mozambique-holdings-lda-as-autoridades-policiais-em-lugela/>
- (4) Justiça Ambiental, 2020, <https://justica-ambiental.org/2020/04/29/violacao-de-direitos-humanos-pela-empresa-mozambique-holdings-lda-em-lugela/>
- (5) The Business Year, entrevista com José Parayanken <https://www.thebusinessyear.com/interview/jose-parayanken-president-mozambique-holdings-limited-mhl/>
- (6) Justiça Ambiental, 2021, <https://justica-ambiental.org/2021/07/23/mozambique-holdings-afinal-quem-sao-e-quem-os-protege/>
- (7) Anselmo Matusse, publicado em Verdade Online, https://verdade78.rssing.com/chan-5895196/all_p417.html

Camboja: plantações de seringueira, áreas protegidas, REDD+ e outras ameaças: uma perda dramática para os habitantes da floresta

As florestas do Camboja sofreram desmatamento em grande escala para plantações de seringueira e mandioca, extração ilegal de madeira e outros interesses econômicos. Além disso, Áreas Protegidas e projetos de carbono, como o REDD+, têm afetado gravemente as comunidades das florestas. Apesar da criminalização, essas comunidades lutam, destacando a importante conexão entre viver com suas florestas e a autonomia para ter alimentos suficientes, diversificados e nutritivos.

Vinte e cinco anos atrás, mais de 80% dos cambojanos dependiam de suas terras e florestas para se sustentar. Eles trabalhavam com agricultura, pesca e criação de animais ou dependiam de produtos florestais não madeireiros para sobreviver. As florestas davam vida e proporcionavam fontes diversificadas de renda à maioria das comunidades das florestas, que sabiam muito bem preservá-las. Para alguém de fora, a vida comum nas florestas do Camboja seria considerada “pobre”, mas as comunidades das florestas a viam de maneira diferente: a vida ainda poderia existir sem tantos problemas. As pessoas não estavam contraindo dívidas terríveis, tinham comida suficiente e não precisavam migrar para trabalhar em outros países.

Contudo, nos últimos 12 anos, sob o argumento de “impulsionar” a economia, muitas áreas de florestas do Camboja foram desmatadas e transformadas em Concessões Econômicas de Terras, incluindo plantações de seringueira e mandioca, bem como outros usos privados. Junto a isso está a imensa degradação das florestas devido à extração ilegal de madeira, impulsionada pela demanda insaciável por madeiras de luxo. Áreas protegidas e programas de compensação de carbono, principalmente projetos de REDD+, também afetaram gravemente as florestas e as comunidades que delas dependem. Uma pergunta feita pelas comunidades é: depois de todos esses anos, quem se beneficiou desse chamado “impulso” à economia cambojana?

A drástica perda de florestas é um fardo pesado para os povos que dependem delas, com grande impacto sobre os meios de subsistência, as economias locais, o tecido social e as culturas desses povos, além de afetar negativamente os sistemas alimentares locais. Em uma conversa no final de 2021, um morador da floresta, na vila de Bamnak, no distrito de Krakor, província de Pursat, disse: “Quando a floresta ainda estava lá, nossas famílias viviam em paz, nós plantávamos, e havia muitos legumes e verduras para comer. As mulheres cuidavam das crianças, alimentavam galinhas, patos e porcos, enquanto os homens saíam para a mata a colher produtos e ganhar algum dinheiro para sustentar as famílias. Agora que a floresta acabou, não sabemos o que fazer.”
(1)

Desde 2002, a legislação do país permite a demarcação de florestas comunitárias para uso coletivo. A lei estabelece que as comunidades podem solicitar às autoridades florestais o reconhecimento de uma floresta comunitária e, de acordo com um subdecreto de 2003, a área pode ser manejada por um Comitê Florestal Comunitário, que deve ser estabelecido voluntariamente pela comunidade.

No entanto, a maioria desses Comitês e, portanto, das florestas comunitárias, permanece suscetível à ameaça das Concessões Econômicas de Terras, da criminalização e de outras influências externas. Muitos pedidos de reconhecimento de florestas comunitárias foram negados ou ignorados. Atualmente, existem até restrições legais às reivindicações que os Comitês Florestais estabelecidos podem fazer, incluindo a proibição de mobilizar pessoas para protestos e outras ações públicas ao apresentar evidências de destruição de florestas ao Ministério da Silvicultura. A polícia e os tribunais provinciais intimidam os membros das comunidades quando eles protestam ou tentam impedir possíveis atividades de concentração de terras.

Em uma entrevista ao portal de notícias Mongabay, em 2022, Lorang Yun, chefe da Aliança dos Povos Indígenas do Camboja (CIPA, na sigla em inglês), disse: “Desde 2005, menos de 40 comunidades obtiveram um título de terra comunal, apesar de centenas terem solicitado”. Ele explicou que os povos indígenas enfrentam problemas nos tribunais, em parte devido à crescente corrupção relacionada à propriedade da terra e às Concessões Econômicas no país. Ele também explicou que as ONGs conservacionistas também intensificam os conflitos, uma vez que estabelecem Áreas Protegidas mesmo quando há processos de titulação de terras comunais em andamento. (2)

Um membro do Comitê Florestal Comunitário de Andong Bor, na província de Oddar Meanchey, explicou: “Não temos direito de protestar nem de registrar uma reclamação. Só eles [as autoridades da administração florestal] têm poder para fazer alguma coisa. Não estamos tentando proteger a floresta apenas para nosso próprio benefício; é para todos”.

Plantações de seringueira

As plantações de monoculturas em grande escala, em particular a seringueira, têm estado na vanguarda do desmatamento no Camboja, principalmente nas últimas duas décadas. A Global Forest Watch expôs o fato de que quase 5% da área de terra no Camboja são reservados para plantações de seringueira. (3) Além disso, a produção industrial de monoculturas de dendê, mandioca, cana-de-açúcar, milho e pinhão-manso também se expandiram no regime de Concessões Econômicas de Terras.

Em maio de 2012, o governo suspendeu as Concessões Econômicas em meio a críticas crescentes, e foi formado um comitê interministerial para revisar as concessões existentes. Consequentemente, foram cassadas mais de 100 delas, pertencentes a concessionárias que descumpriram a lei ou os contratos de concessão.

No entanto, alimentadas pela demanda dos consumidores internacionais, as plantações de seringueira experimentaram um surto de expansão recentemente. Um estudo mostrou como as taxas anuais de conversão de floresta nessas plantações estão intimamente correlacionadas aos preços globais da borracha. (4) Em dezembro de 2021, 946.926 hectares foram alocados a essas plantações, distribuídos em 157 Concessões Econômicas de Terras. (5)

Áreas protegidas

Quando o Camboja saiu de anos de conflito, várias Áreas Protegidas foram criadas por um decreto real em 1993. Diretrizes mais detalhadas vieram na Lei de Áreas Protegidas de 2008, e cerca de 26% da terra do país têm essa condição.

No entanto, a maioria dessas áreas sofreu desmatamento em grande escala. O Santuário da Vida Selvagem Snuol, por exemplo, vivenciou desmatamento em massa para dar lugar a plantações de seringueira e cajueiro, bem como extração ilegal de madeira, tanto que seu status de proteção foi suspenso em 2018 por não haver quase nada mais a proteger.

Além disso, é fundamental destacar que o estabelecimento das Áreas Protegidas do país fez com que milhares de pessoas que dependiam da floresta perdessem seus lares, pois o governo e as ONGs conservacionistas assumiram o controle de terras que haviam abrigado muitas comunidades por gerações.

Esses programas de conservação continuam sendo uma ameaça às comunidades da floresta, já que o governo do Camboja se juntou à High Ambition Coalition, um grupo intergovernamental que tem como principal objetivo “proteger” pelo menos 30% das terras e oceanos do mundo até 2030.

Além disso, em outubro de 2022, o governo do país estabeleceu seu compromisso de alcançar a “neutralidade de carbono” até 2050 por meio da conservação florestal, principalmente implementando e ampliando projetos de REDD+. (6)

O desastre do REDD+

Em uma conversa de 2020, Srey Khongphoen, ancião da Comunidade Andong Bor, na província de Oddar Meanchey, relembrou: “Quando a floresta ainda existia, entre 10 e 15 anos atrás, era fácil encontrar comida, como as folhas de prich (*Melientha suavis*). Havia muito dessa planta dentro desta floresta. Durante os meses de março, abril e maio, as folhas velhas caíam e as novas surgiam para que as pessoas pudessem ir à floresta apanhá-las, cozinhá-las e vendê-las. Todos os dias, naquela estação, uma família conseguia coletar cerca de cinco a seis quilos. E o preço girava em torno de 12 mil a 20 mil riels [3 a 5 dólares] por quilo. As folhas eram uma fonte decente de renda para os povos da floresta.” Srey tem sete filhos e ganhava de 40 mil a 60 mil riels (10 a 15 dólares) por dia recolhendo essas folhas.

Com a introdução de um projeto de REDD+, a situação mudou drasticamente na área florestal da comunidade de Andong Bor. REDD+ significa “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal”. O governo do Camboja lançou um projeto piloto de REDD+ nas florestas comunitárias de Oddar Meanchey em maio de 2008, cobrindo quase 64 mil hectares de florestas.

Os Comitês Florestais Comunitários na província de Oddar Meanchey foram estabelecidos em 2005, reunindo 678 famílias de cinco aldeias localizadas na comuna de Beng, distrito de Banteay Ampil: Kantul Choun, Samrong Tahea, Voryiev, Damkor Tapok e Kralor Senchay.

Esse projeto de REDD+, cujo objetivo era vender créditos de carbono referentes a 8,2 milhões de toneladas de emissões supostamente evitadas ao longo de 30 anos, afirmava trabalhar “com comunidades locais para estabelecer grupos Florestais Comunitários que implementem atividades de projetos para reduzir o desmatamento, melhorar os meios de subsistência e proteger a biodiversidade.” (7)

Os Comitês Comunitários envolvidos no projeto de REDD+ Oddar Meanchey receberam um curso de formação relacionado ao projeto de carbono, capitaneado pela Children Development Association (CDA), a administração florestal e outras ONGs locais e internacionais, incluindo a TerraGlobal, que tinha parceria com WCS e Care. Os formadores disseram que, cuidando bem da floresta, os moradores poderiam se beneficiar e os Comitês ganhariam algum dinheiro com a venda de créditos de carbono até 2020, mas se não pudessem proteger a floresta, eles não conseguiriam nenhum dinheiro. Após o treinamento, os Comitês ficaram responsáveis por divulgar as informações sobre o projeto de REDD+ para as pessoas nas diferentes aldeias.

Durante os primeiros anos, os Comitês conseguiram patrulhar as florestas para protegê-las da extração ilegal de madeira, mas o projeto teve muitos conflitos e problemas desde o início. Como mostrou a pesquisa de 2016, alguns aldeões foram forçados a pagar suborno a Comitês Florestais Comunitários ou soldados, apenas para poder entrar nas florestas e coletar produtos florestais não madeireiros ou pequenas quantidades de madeira. (8) Em 2012, regimentos militares entraram para estabelecer uma base dentro da floresta comunitária de Andong Bor e começaram a cultivar mandioca. A cada ano, as plantações se expandiam e os militares vendiam a mandioca às elites da província de Banteay Meanchey.

Em resposta, os Comitês Comunitários realizaram várias ações para denunciar a destruição das florestas às autoridades: ajuizaram ações, apresentaram petições com base em fotografias e outras evidências obtidas na região, elaboraram relatórios de investigação para as autoridades competentes e mobilizaram comunidades das aldeias para protestar. Mas nenhuma dessas ações alcançou resultados positivos porque os próprios governadores distritais e provinciais apoiaram os militares em vez dos Comitês Florestais Comunitários. Os militares também venderam duas áreas nas montanhas dessas florestas para uma empresa chinesa de trituração de rochas. Durante uma reunião em 2020, um membro do Comitê Florestal Comunitário em Oddar Meanchey refletiu: “Talvez vender terras esteja fazendo com que eles enriqueçam mais rápido do que vender

carbono. É por isso que eles cortaram toda a floresta e venderam para os ricos – para conseguir mais dinheiro rapidamente.”

O projeto de REDD+ não conseguiu interromper o processo de desmatamento em Oddar Meanchey. De acordo com um mapa político feito pelos próprios Comitês Florestais Comunitários, a maior parte das áreas florestais foi vendida a ricos, para plantações de mandioca. Também há dois postos de gasolina, um armazém de mandioca e outras áreas residenciais para atividades econômicas. Além disso, os militares distribuíram parte da terra para a construção de casas. Cerca de 100 residências de militares foram construídas ao longo da estrada, cada uma com um terreno para cultivo de mandioca e banana. Apenas uma pequena parte ainda permanece com um pouco de floresta. Mas, como disse um membro do Comitê Comunitário: “Ninguém consegue detê-los. Mesmo se nós recuperássemos as nossas florestas comunitárias, receberíamos apenas terras vazias. Levaríamos muito tempo para recuperar as florestas e proteger o que resta”.

Outro membro do Comitê Florestal Comunitário disse, durante uma conversa em 2020: “As pessoas querem suas florestas de volta. As florestas são muito importantes, elas atraem chuva, fornecem lenha para as pessoas cozinharem... hoje em dia, depois de tantos anos sem isso, alguns estão comprando dois sacos de carvão por mês para cozinhar. Mas a maioria ainda acha que nós não sabíamos o quanto éramos ricos com as florestas que tínhamos, com os animais silvestres para nos alimentarmos e com folhas de prich para ter uma renda extra. As pessoas não precisavam se preocupar com comida; algumas só iam colher frutas, pegar caranguejos, caracóis, peixes, rãs ou animais selvagens à noite. Hoje, porém, cerca de 80% a 90% das crianças ou jovens já não vão à escola, pois têm que acompanhar seus pais ao trabalho na Tailândia para aliviar a carga da família. Muitas pessoas, se não todas, têm que sair da aldeia para ganhar dinheiro.”

“A perda dessa floresta tem muito impacto. Se pudéssemos ter a nossa floresta como antes, as pessoas poderiam construir suas casas sem problemas. Agora, quando nossos filhos se casam e saem da casa dos pais, não há dinheiro para comprar madeira e construir uma casa nova. Se tivéssemos nossa floresta como antes, poderíamos encontrar produtos florestais não madeireiros... algumas pessoas poderiam ganhar de 100 mil a 150 mil riels por família [25 a 37,5 dólares]. E a nossa floresta comunitária não era útil apenas para nossas aldeias aqui, mas também para cerca de 20 outras, algumas do outro lado da floresta. Se pudéssemos ter nossa floresta como antes, não precisaríamos usar fertilizantes químicos para cultivar arroz. Agora, o arroz é o pior. A verdade é que as pessoas não têm muita esperança de recuperar a floresta que arrancaram de nós.”

As florestas são uma fonte de vida

Apesar da intimidação grave, do assédio e até das prisões, alguns moradores continuam lutando para preservar suas florestas e sua vida. Na província de Pursat, perto da montanha Aoral, um membro da comunidade afirmou, em uma conversa em 2020, referindo-se à perda de suas florestas devido às plantações de mandioca em grande escala: “Antigamente, as pessoas conseguiam conviver, tinham tempo para comer juntas, e quando havia uma cerimônia ou a

primeira festa em uma casa nova, elas se ajudavam cortando bambu, cortando lenha, serrando madeira e, o mais importante, não ficavam chateadas como agora. Hoje em dia, tudo tem que envolver dinheiro... Precisamos estar unidos como Comitês Florestais Comunitários para proteger e fazer valer nossos direitos. Precisamos recuperar nossos sistemas alimentares e nossas economias locais. Também devemos trabalhar juntos para proteger as florestas remanescentes e regenerar o resto.”

Vários membros de comunidades das províncias de Oddar Meanchey e Pursat, por sua vez, explicaram a importância de as pessoas nas aldeias voltarem a ter seus próprios cultivos. Eles esclareceram que, para que isso aconteça, as comunidades devem criar e proteger grandes açudes para uso coletivo e açudes pequenos para uso familiar, para que as plantações possam ser irrigadas diariamente. “A água é tão importante quanto as florestas e a terra”, explicou um ancião de uma comunidade em Oddar Meanchey. Sua sabedoria continua enorme, e eles são muito claros com relação à importância de uma floresta saudável, onde o sustento não venha apenas das colheitas, mas também da captura de caranguejos, peixes, rãs, caracóis, ratos ou outros pequenos animais selvagens, bem como da coleta de produtos não florestais, como folhas e cogumelos.

Essas comunidades destacam a importante conexão entre proteger suas florestas, vivendo com elas, e sua soberania alimentar, ou seja, seu poder e sua autonomia para ter alimentos suficientes, diversificados e nutritivos. “Se recuperarmos nossas florestas, haverá muitas coisas para comer, e talvez as condições de vida dos povos da floresta não sejam tão difíceis quanto hoje”, explicou um membro da comunidade da província de Oddar Meanchey.

Sun Ridan

Foco no Sul Global, Camboja

(1) Salvo indicação em contrário, todos os depoimentos que constam neste artigo são oriundos de visitas de campo da Focus on the Global South, realizadas em 2020, 2021 e 2022. Alguns nomes são omitidos por razões de segurança.

(2) Mongabay, No justice for Indigenous community taking on a Cambodian rubber baron, dezembro de 2022, <https://news.mongabay.com/2022/12/no-justice-for-indigenous-community-taking-on-a-cambodian-rubber-baron/>

(3) Global Forest Watch, What's Happening in Cambodia's Forests?, 2019, <https://www.globalforestwatch.org/blog/data-and-research/whats-happening-in-cambodias-forests/>

(4) Unravelling the link between global rubber price and tropical deforestation in Cambodia, 2019, <https://www.nature.com/articles/s41477-018-0325-4>

(5) Concessões do Camboja, https://www.licadho-cambodia.org/land_concessions/

(6) Everland, Cambodian Government to Scale Forest Conservation While Ensuring Economic Growth and Prosperity Through REDD+, 2022, <https://www.prnewswire.com/news-releases/cambodian-government-to-scale-forest-conservation-while-ensuring-economic-growth-and-prosperity-through-redd-301648186.html>

(7) Terra Global Capital, Oddar Meanchey Community REDD+ Project, Cambodia, <https://www.terraglobalcapital.com/oddar-meachey-community-redd-project-cambodia>

(8) REDD-Monitor, Oddar Meanchey, Cambodia: “No one seems to be learning any lessons”, 2016, https://reddmonitor.substack.com/p/oddar-meachey-cambodia-no-one-seems?utm_source=substack&utm_campaign=post_embed&utm_medium=web

Os “serviços ambientais” na Constituição do Equador: uma forma de aprofundar a concentração de terras?

Uma recente Consulta Popular no Equador pretendia, entre outras coisas, tornar as “compensações por serviços ambientais” um direito constitucional. A maioria dos eleitores votou NÃO, mas essa tentativa é um alerta sobre os interesses que visam aprofundar as políticas de apropriação e mercantilização da natureza.

Em fevereiro de 2023, o governo de Guillermo Lasso convocou uma Consulta Popular no Equador, com o objetivo de fazer algumas emendas à Constituição. Entre as mudanças propostas, havia uma pergunta que modificaria o Artigo 74 para incluir as *compensações por serviços ambientais* com caráter constitucional.

Nesse contexto, é bom destacar que a denominação de *serviço ambiental* atribuída às funções e aos ciclos da natureza – como a filtração da água em florestas e solos, o ciclo do carbono, a biodiversidade, a polinização realizada pelas abelhas, etc. – se deu a partir da lógica da economia capitalista. Assim, impôs-se à natureza o papel de prestadora de “serviços” ambientais, com a falácia de que dar a ela um valor econômico serviria para salvá-la. A ideia de precificar as funções e os ciclos da natureza foi muito bem recebida por agências da ONU, o Banco Mundial, indústrias e empresas poluidoras, ONGs conservacionistas, financistas, entre outros, que buscavam e continuam buscando novas formas de acumulação e lucro.

Por outro lado, quando se fala em *compensações*, faz-se referência à possibilidade de, a partir de uma determinada área, serem emitidos certificados (também chamados de “créditos de compensação”) que supostamente garantiriam que o “serviço” localizado naquele espaço está sendo protegido. Mas o que realmente está sendo protegido é a mercadoria que, no caso, são os certificados de compensação. A natureza acaba sendo transformada em unidades desconexas, fragmentadas, previsíveis, mensuráveis e comparáveis de “serviços ambientais”.

As compensações de emissões de dióxido de carbono são as mais difundidas, mas também existem compensações pela perda de biodiversidade e de fontes de água. Os certificados permitirão que quem os comprar contamine ou destrua de forma “equivalente” ao estabelecido no certificado. No caso do carbono, por exemplo, cada certificado permite que o poluidor emita uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, além de poder obter uma imagem “verde” ou anunciar campanhas dizendo ser “neutro em carbono”.

A emenda constitucional que se buscava na Consulta Popular do Equador relativa aos serviços ambientais não será levada a cabo porque a maioria dos eleitores votou NÃO, mas essa tentativa do governo é um alerta sobre os interesses e as pressões das empresas para aprofundar as políticas de apropriação e mercantilização da natureza. O caso do Equador é emblemático, já que sua Constituição é um exemplo mundial do reconhecimento dos direitos da Natureza.

A Constituição de Montecristi e o que se tentou modificar

A Constituição de 2008 (chamada de Montecristi) foi o resultado de um amplo processo, liderado por lutas históricas e diversas no Equador. Essa Constituição, entre muitas outras coisas, pelo menos em seus enunciados, fortaleceu as capacidades do Estado, orientou a economia com critérios nacionais e sociais, estabeleceu um sistema tributário para redistribuir a riqueza e consagrou um item ao “Regime do Bem Viver” como paradigma alternativo e referência para as políticas públicas do país. É importante mencionar que o conceito de “Bem Viver” não nasce da Constituição de Montecristi, e sim vem de uma tradição e uma sabedoria milenares enraizadas nos povos andinos. Nesse sentido, a Constituição também denomina o Estado como Plurinacional.

Mas talvez o maior avanço, histórico e único no mundo, seja o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos (Art. 71-74), entre os quais o de ser defendida, e a proibição da apropriação de serviços ambientais. Como exemplo da força reivindicatória dessa inclusão, o Preâmbulo da Constituição começa assim: “Celebrando a natureza, a Pachamama, da qual fazemos parte e que é parte vital de nossa existência (...)”, o que situa no centro da análise a relação intrínseca entre humanos e não humanos.

O artigo 74, o qual se tentou modificar com a Consulta Popular, estabelece que: “(...) Os serviços ambientais não serão passíveis de apropriação; sua produção, prestação, uso e exploração serão regulamentados pelo Estado”.

A pergunta da Consulta Popular dizia *“Você concorda que indivíduos, comunidades, povos e nacionalidades podem ser beneficiários de compensações devidamente regulamentadas pelo Estado, em função de seu apoio à geração de serviços ambientais, alterando a Constituição de acordo com o anexo 8?”*

(1) Além disso, a vitória do “sim” na Consulta teria concedido ao Estado a autoridade para definir “diretrizes e mecanismos de compensação que pessoas, comunidades, povos e nacionalidades recebem pelo apoio à sua geração.”

Os interesses por trás da Consulta Popular

Para entender as implicações dessa Consulta no contexto equatoriano, conversamos com **Ivonne Yáñez, fundadora da organização Acción Ecológica no Equador, ativista, feminista e pesquisadora, que também participa do Comitê Consultivo do WRM.**

WRM: A Constituição já inclui a ideia de “serviços ambientais”, embora com o espírito de proteger esses “serviços” e impossibilitar sua apropriação. Você pode nos explicar, então, qual era o objetivo específico da emenda constitucional que se buscava com a Consulta Popular?

Ivonne: Como Acción Ecológica, somos contra o próprio conceito de serviços ambientais, pois sabemos que eles são uma invenção do capitalismo e que os primeiros surgiram nos Estados Unidos, por volta dos anos 70, para evitar o cumprimento das crescentes regulamentações ambientais.

No entanto, pelo menos o artigo 74 da Constituição equatoriana proíbe claramente sua apropriação. Com a mudança proposta na Consulta Popular, para incluir as compensações como direito constitucional, poderia facilmente ter sido iniciada a apropriação de serviços ambientais por empresas ou investidores privados. Sabemos que não pode haver compensações sem regime de propriedade entre quem as oferece, compra e vende.

Por outro lado, o interesse do governo por trás da emenda era posicionar o Equador como um provedor de serviços ambientais e sinalizar aos comerciantes de carbono que poderia haver um livre mercado de compensação no país, dando rédea solta a todo o tipo de negócios. E mais agora, com ativos digitais, tokens ou valores que podem estar relacionados ao mercado de carbono e serviços ambientais. Os projetos de *carbono digital* se aproveitam de terras, territórios, florestas, rios, biodiversidade e culturas dos povos indígenas para fazer negócios pouco claros e de alto risco. (2)

WRM: Os Pagamentos por Serviços Ambientais já não são permitidos no Equador, com programas como o Sociobosque e com a introdução de projetos de carbono? Se é assim, por que foi tentada essa reforma da Constituição?

De fato, no Equador já existe a figura do Pagamento por Serviços Ambientais, por exemplo, no Código Orgânico Ambiental e seus regulamentos, nos programas SocioBosque e ProAmazonia – que incluem o REDD+ – ou no Programa Equador Carbono Zero. (3)

Todas essas políticas públicas já incorporam o *incentivo* ou a prestação de serviços ambientais, bem como o reconhecimento econômico ou da imagem verde das empresas. Nesse sentido, a pergunta era desnecessária. No entanto, pudemos ver como, nos últimos meses, houve uma grande pressão das empresas de comércio de compensação de carbono para alterar o artigo 74, que elas consideravam como um cadeado que não lhes permitia fazer todos os seus negócios.

É claro que o objetivo da questão relacionada aos serviços ambientais era, por um lado, tentar aumentar a popularidade do governo, que está no chão. E, por outro, permitir que os mercados voluntários de compensação de carbono pudessem se estabelecer no país através de uma posterior reforma da regulamentação ambiental que permita realmente a apropriação de serviços ambientais. Mesmo sem defender a ideia de serviços ambientais, devemos ao menos preservar o artigo da Constituição que restringe sua disseminação no Equador, que vêm a ser um recurso estratégico cuja propriedade agora está nas mãos do Estado.

WRM: Que implicações teria a aprovação da compensação por serviços ambientais, considerando o processo e os acordos da Constituição de 2008?

Na Consulta Popular, o “Não” venceu na pergunta 8, relacionada aos serviços ambientais. Em algumas províncias, por até 80%. No entanto, isso precisa ser analisado com um pouco mais de cuidado. As organizações indígenas amazônicas se opõem a essa pergunta porque, na verdade, defendem a ideia de que os serviços ambientais em seus territórios são propriedade dos Povos Indígenas. E que, sem intervenção do Estado, podem negociar Pagamentos por Serviços Ambientais diretamente com quem quiserem.

Nesse caso, para as organizações indígenas amazônicas, a pergunta que incluía também o tema de que o Estado seria o *administrador* implicava uma maior centralidade do controle dos serviços ambientais, o que talvez afetasse os negócios que elas poderiam fazer de forma autônoma, sem ter que registrar tudo no Estado.

Por fim, o fato de o “não” ter vencido não significa que o governo não queira fazer todas as mudanças regulatórias secundárias para aprofundar a ideia de serviços ambientais e, portanto, seu comércio no Equador. Continuaremos vigilantes e denunciando o que eles significam para os povos e para o planeta.

(1) Veja as perguntas e disposições da Consulta Popular, incluindo o anexo 8, aqui:

<https://www.cne.gob.ec/wp-content/uploads/2022/12/RESOLUCION-PLE-CNE-1-6-12-2022.pdf>

(2) Acción Ecológica, Amenazas del Capitalismo Digital: el caso de One Amazon, <https://www.accionecologica.org/observaciones-al-convenio-de-asociacion-entre-one-amazon-y-la-ficsh/>

(3) Os programas SocioBosque e ProAmazonia no Equador buscam se inserir nos planos de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), permitindo que o carbono das florestas dos povos seja negociado nos mercados de carbono e de outros serviços ambientais. Veja mais em Acción Ecológica, “De Pacha Mama Sagrada A Mercancía Privada”, <https://www.accionecologica.org/de-pacha-mama-sagrada-a-mercancia-privada/> e WRM, 15 anos de REDD: um esquema corrompido em sua essência, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD>

O “Programa Equador Carbono Zero” (PECC) é um programa ambiental de mercado que configura a compra e venda de certificados de “reduções de carbono” sob o princípio de pagar para poluir. Para isso, será criado um portfólio de compensações e, além disso, a marca “Punto Verde”. Veja mais em Acción Ecológica, “Ecuador Carbono Cero = ¿Permisos para contaminar?”, <https://www.accionecologica.org/ecuador-carbono-cero-permisos-para-contaminar/>

Tailândia: valorizando florestas como créditos de carbono

Povos e comunidades indígenas nas florestas da Tailândia estão ameaçados por políticas que agregaram um novo tipo de ativo: os créditos de carbono. Na verdade, a legislação aprovada em nome da conservação e da mitigação climática está projetada para limitar o uso que as comunidades florestais fazem de suas terras e florestas, enquanto as empurra para áreas menores.

[Artigo disponível em Tailandês](#)

As áreas de florestas da Tailândia contêm a rica diversidade das florestas tropicais, incluindo as relações e interconexões com povos indígenas e comunidades locais que coexistem com essas florestas. Com seus próprios princípios baseados em conhecimentos e práticas tradicionais, essas comunidades preservaram suas florestas por gerações, fazendo com que suas áreas estejam entre as mais biodiversas do mundo. Além disso, praticam diferentes formas de “manejo” comunitário de suas terras, florestas e economias locais. Mas os sistemas comunitários estão ameaçados devido a políticas problemáticas que pretendem transformar todas as florestas em propriedade estatal e privada, agregando um novo tipo de ativo: os créditos de carbono.

Políticas tailandesas de conservação florestal

A política de conservação florestal na Tailândia começou em 1896, quando foi fundado o Real Departamento Florestal (RFD, na sigla em inglês) para administrar concessões de florestas, seguido pela Lei Florestal do ano de 2484 da Era Budista (1941) e a Organização da Indústria Florestal (FIO) em 1974. Essas políticas transformaram as áreas do país com florestas em bens estatais para exportação de madeira, criminalizando cerca de 10 milhões de pessoas de comunidades que dependiam das florestas e que moravam nelas muito antes de surgirem essas leis e políticas.

Após protestos generalizados de comunidades das florestas em toda a Tailândia contra a extração de madeira e os muitos impactos da indústria, o plano de manejo das concessões econômicas florestais foi alterado em 1989, estabelecendo a proibição da exploração madeireira. No lugar dela, as áreas com florestas foram declaradas Florestas de Reserva Nacional para serem geridas exclusivamente pelo Departamento de Parques Nacionais (DNP). O DNP ainda tem autoridade para aprovar qualquer projeto público ou privado nessas Reservas Florestais, ao mesmo tempo em que controla os meios de subsistência de mais de 4 mil comunidades que dependem das florestas.

A proibição da extração de madeira marcou o surgimento de uma abordagem cada vez mais militarizada à conservação das florestas, e o Real Departamento Florestal adotou uma postura “linha dura” contra aqueles que viviam dentro de áreas protegidas, principalmente as comunidades indígenas das terras altas do norte, que não têm cidadania tailandesa. As florestas

eram vistas como espaços onde não se deveria praticar nenhuma atividade agrícola. Todos os tipos de sistemas de agricultura itinerante foram agrupados como se fossem uma coisa só, e estigmatizados como irracionais e destrutivos.

Além disso, a aplicação relativamente frágil da legislação e a confusão sobre as reivindicações de posse da terra nas Reservas Florestais criaram novas camadas de complexidade. Por exemplo, houve escândalos de corrupção em atividades de turismo e exploração de recursos nas reservas.

A tentativa de categorizar as florestas ficou clara nas Diretrizes da Política Florestal Nacional da Tailândia de 1985 e de 2019 (1), que visam transformar *40% do país em áreas florestais*. Esse objetivo seria dividido em 25% das “Florestas de Reserva” controladas pelo Estado (parques nacionais, santuários de vida selvagem, áreas de bacias hidrográficas) e 15% de “florestas econômicas” (reservadas para diversos fins), que incluem florestas comunitárias e plantações privadas em terras estatais. O governo afirma que, até março de 2023, alcançou 31,59% dessa meta.

As florestas comunitárias variam em cada região. Em geral, buscam manter os sistemas ecológicos, garantir a soberania alimentar, preservar remédios tradicionais, apoiar as economias locais e promover o bem-estar espiritual das comunidades. Portanto, toda comunidade florestal reconhecida tem direito de manejar suas próprias florestas. Mas quando o governo proclamou a Lei das Florestas Comunitárias, em 2019, os direitos das comunidades dentro das áreas de Reserva Florestal foram limitados em muito. O Departamento Florestal é o único órgão autorizado a estabelecer e classificar as florestas, o que significa que apenas aquelas registradas por ele podem ser consideradas florestas comunitárias.

Por outro lado, o propósito das “florestas econômicas”, que inicialmente era explorar madeira (ou seja, plantações de árvores), mudou para permitir que empresas privadas também usassem as áreas para ecoturismo e atividades de responsabilidade social corporativa (RSC).

No entanto, a pressão da crise climática e as negociações internacionais transformaram a condição, o valor econômico e o uso das florestas (e das plantações de árvores) para agregar um novo tipo de ativo: os créditos de carbono.

O carbono nas florestas

As negociações internacionais sobre o clima transformaram as florestas em “sumidouros de carbono”, destinados a gerar “créditos de carbono” a serem negociados em “livres mercados” internacionais. Esses sumidouros de carbono são chamados de projetos de compensação, porque os créditos resultantes deles devem compensar a poluição de outros. Sendo assim, os créditos podem ser comprados por governos, empresas ou pessoas que queiram compensar uma quantidade “igual” de emissões ou alegar “neutralidade” de carbono. (2) Esses projetos de sumidouros também podem ser plantações industriais de monoculturas, pois a importância é atribuída apenas à capacidade das árvores de absorver dióxido de carbono para gerar os créditos negociáveis. Essa lógica de compensar e transformar as florestas em sumidouros de carbono

beneficia as maiores indústrias emissoras, principalmente os setores de energia e agronegócio, ao permitir que eles se expandam e operem sob o pretexto de serem “neutros em carbono”.

As empresas investem em projetos de reflorestamento de grande escala e baixo custo (principalmente de plantações de monoculturas de árvores) a ser usados como compensações de carbono. Elas também podem comprar créditos de projetos situados em Áreas Protegidas que afirmem estar “armazenando” e “conservando” o carbono.

Consequentemente, as metas do governo tailandês de aumentar o número de áreas cobertas por árvores no país, bem como os projetos privados de reflorestamento, não devem ser consideradas iniciativas benevolentes, geralmente na forma de atividades de RSC, e sim uma agenda oculta para lucrar com os créditos de carbono.

Em 2007, a Tailândia começou a integrar o conceito de mercado de carbono às suas políticas. A Organização Tailandesa de Gestão de Gases do Efeito Estufa (TGO) foi fundada com o objetivo de implementar mecanismos para o mercado de carbono e administrar o Programa Voluntário de Redução de Emissões da Tailândia (TVER). Além disso, o país participa do programa de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) com o apoio do Banco Mundial e do Real Departamento Florestal. Todas essas políticas e programas causam preocupação entre organizações da sociedade civil e grupos florestais comunitários, pois ameaçam restringir os direitos das comunidades a usar, acessar e manejar suas florestas. Mas, apesar dessas preocupações, o programa de REDD+ continua avançando.

Espera-se que os mercados de carbono cumpram um papel cada vez mais importante no país. O governo lançou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) na ONU, com metas para aumentar a “capacidade de sequestro de carbono” baseada em florestas. Florestas e plantações industriais de árvores tornaram-se um aspecto essencial para que o governo possa alegar “neutralidade de carbono” até 2050 e “emissão líquida zero” até 2065.

Nesse contexto e com esses objetivos em mente, o governo tailandês lançou um Plano Estratégico Nacional de 20 anos (2018-2037) que visa aumentar as áreas de cobertura arbórea para 50% do território do país. Isso significa que a Tailândia precisaria ter 11,29 milhões de *Rais* (3) (cerca de 2 milhões de hectares) a mais em Reservas Florestais e outras áreas de conservação e 15,99 milhões de *Rais* (cerca de 2,5 milhões de hectares) em áreas de plantações até 2037.

Para concretizar essas metas, vários órgãos governamentais adotaram leis e regulamentos específicos em apoio ao mercado de carbono, principalmente atividades de REDD+:

- O Real Departamento Florestal vai expandir as Reservas Florestais a mais 4,5 milhões de *Rais* (cerca de 720 mil hectares). Isso inclui mais de 11 mil florestas comunitárias cadastradas com 300 mil *Rais* (cerca de 50 mil hectares);
- O Departamento de Recursos Marinhos e Costeiros estabelecerá 3 milhões de *Rais* de plantações de manguezais (cerca de 500 mil hectares).

- O Departamento de Parques Nacionais vai estabelecer mais Áreas Protegidas, abrangendo uma área de 1,28 milhão de *Rais* (cerca de 205 mil hectares).

Espera-se que as empresas privadas obtenham 90% dos créditos de carbono (e dos lucros) gerados por esse plano, com os 10% restantes ficando para o governo. Não há informações públicas sobre quanto será pago aos membros da comunidade que forem contratados como trabalhadores para fazer as atividades de manejo florestal e plantações. Algumas atividades são proibidas, como as tradicionais queimadas controladas para práticas de agricultura itinerante, consideradas prejudiciais à função de absorção de carbono da terra.

Um “modelo bio-circular-verde” para expulsar comunidades florestais

Para ajudar ainda mais a política do mercado de carbono, a Tailândia lançou recentemente um plano de desenvolvimento econômico chamado de Modelo BCG (Modelo Bio-Circular-Verde, na sigla em inglês), que visa aumentar as “florestas de carbono” em 32 milhões de *Rais* (cerca de 5,1 milhões de hectares). Essa área está contemplada no plano de 20 anos e deverá ser concretizada com investimentos de grandes empresas privadas. No entanto, o modelo BCG tem sido criticado pela limitada participação das comunidades locais e o domínio de grandes empresas. Em 5 de outubro de 2022, o governo tailandês também aprovou uma resolução que permite que empresas privadas invistam em atividades de reflorestamento (plantações) em terras do Estado.

Muitas empresas da Tailândia, inclusive nos setores de combustíveis fósseis, petroquímica e cimento, estão ávidas por estabelecer plantações que rendam créditos de carbono, que poderiam ser usados para diminuir a pressão sobre a poluição que as próprias empresas causam, bem como criar oportunidades de negócios. Por exemplo, o Grupo PTT (Petroleum Authority of Thailand Public Company Limited), uma das maiores empresas petrolíferas do país, anunciou recentemente um projeto de plantação de 2,1 milhões de *Rais* (cerca de 336 mil hectares).

Enquanto isso, a Fundação Mae Fah Luang e a Comissão de Valores Mobiliários da Tailândia têm promovido projetos de “manejo florestal comunitário” nas regiões norte, centro e sul do país. Esse programa contemplará 300 mil *Rais* (cerca de 48 mil hectares) com o objetivo de aumentar a renda das comunidades por meio da venda de créditos de carbono e da compensação da poluição causada pelas empresas. Cada comunidade participante deve cumprir os requisitos de registro no Programa Voluntário de Redução de Emissões da Tailândia (T-VER). (4)

A injustiça estrutural e o manejo florestal insustentável mostraram que esses tipos de projetos levarão à destruição ambiental, à violação dos direitos das comunidades florestais e ao aumento dos conflitos entre empresas, órgãos governamentais e comunidades florestais.

Em 2014, o Conselho Nacional de Paz e Ordem aprovou uma política de recuperação florestal em nome da conservação. O governo afirma ter conseguido recuperar 435.731 *Rais* (cerca de 69 mil hectares) de florestas, mas o processo levou à expulsão de muitas comunidades florestais, que

foram alvo de mais de 46.600 ações judiciais. Além disso, o governo planeja expandir essas áreas de conservação criando 20 novos parques nacionais reservados.

Há uma agenda oculta promovida em nome da proteção da floresta. O objetivo final dessa política de “recuperação florestal” para a conservação é maximizar o número de hectares de florestas sob propriedade do Estado, que são transformados em “sumidouros de carbono” voltados a gerar lucros para o setor privado.

As muitas leis aprovadas em nome da conservação florestal e da mitigação climática não foram elaboradas para proteger os direitos das comunidades florestais, e sim para restringir o uso que elas fazem de suas florestas e terras, a as empurrar para áreas menores.

Problemas estruturais ao transformar as florestas em créditos de carbono

Há muitos problemas estruturais nesse forte impulso para atribuir às florestas essas novas camadas de interesses econômicos e poder, como:

1. Não há área florestal suficiente para absorver toda a poluição dos combustíveis fósseis

O setor energético e outras empresas poluidoras não pretendem interromper nem reduzir a extração e uso de combustíveis fósseis. As florestas nunca conseguirão absorver o carbono emitido pelos depósitos fósseis subterrâneos.

2. Não existem florestas vazias

As áreas de floresta são habitadas por comunidades que dependem dessas florestas'. Quando as empresas são autorizadas a estabelecer plantações, florestas comunitárias, manguezais e terras férteis são expropriadas para a produção de créditos de carbono.

3. O risco de reivindicar créditos de carbono em excesso

O método de contabilização de créditos do TVER inclui plantações e florestas restauradas. A recuperação das existentes contradiz isso, pois essas florestas já foram contabilizadas para a mitigação de carbono. Sem critérios claros, existe o risco de as empresas usarem isso para lucrar ainda mais com esse esquema.

4. O carbono armazenado nas árvores não é permanente

As florestas não são máquinas; elas têm um ciclo de absorção e liberação de carbono em cada condição diferente. Além disso, decisões políticas e interesses econômicos também podem levar a desmatamento em grande escala ou a desastres, como incêndios florestais. No entanto, alguns dos créditos de carbono gerados por essas árvores podem já ter sido contabilizados e vendidos.

5. As empresas privadas têm interesses conflitantes com os interesses públicos

Empresas privadas irão obter lucros com os créditos de carbono gerados nas comunidades ou florestas estatais. Enquanto isso, as comunidades serão contratadas apenas como mão de obra em suas próprias terras.

6. As florestas existem e estão enraizadas na sabedoria e no conhecimento das comunidades

As florestas fazem parte das comunidades humanas que coexistem com elas há gerações, e essas comunidades também fazem parte das florestas. Essas florestas podem se regenerar em um ambiente favorável. Assim, um projeto de monocultura, por definição, destrói o meio ambiente, as florestas e as interligações com todos os seres vivos, inclusive as comunidades.

Portanto, é imperativo perguntar: “Qual é o objetivo final dos créditos de carbono?”

A propaganda que o governo, as ONGs e as empresas poluidoras da Tailândia criaram em torno dos créditos de carbono florestal induz ao equívoco de que eles gerarão um benefício mútuo para todos. Afirmam, por exemplo, que o governo ou a comunidade proprietária da floresta geradora dos créditos se beneficiariam com o recebimento de investimentos privados. Isso pressupõe que as comunidades das florestas não sejam capazes de manejá-las de forma independente sem investimento privado e que esse investimento tornará as coisas mais fáceis e melhores. Na realidade, porém, a experiência com esses projetos em florestas tropicais no mundo todo mostra que eles resultam em conflitos internos, promessas descumpridas, insegurança alimentar, entre outras coisas. Os créditos de carbono são apenas uma ferramenta para que as empresas privadas continuem liberando suas emissões poluentes e lucrem, sem ter que reduzir nada, ao mesmo tempo em que se dizem “verdes” ou “neutras em carbono”.

O mercado de carbono nas florestas da Tailândia continua crescendo. Há uma demanda insaciável por créditos, que ameaça resultar em uma apropriação de terras em uma escala imensa para áreas protegidas e plantações industriais, por um lado, e agricultura industrial, mineração e atividades de extração de combustíveis fósseis, por outro.

É hora de denunciar que os créditos de carbono nada têm a ver com a redução das emissões de gases de efeito estufa nem com a mitigação das mudanças climáticas. Eles são apenas mais um impulso para os atores capitalistas expandirem sua destruição nas florestas.

Kritsada Boonchai

Thai Climate Justice for All, Tailândia

(1) Política Florestal Nacional da Tailândia no ano 2528 da Era Budista (1982) e, subsequentemente, emenda do ano 2562 da Era Budista (2019). Veja o Plano Estratégico Nacional de 20 anos (2018-2037) aqui:

<https://www.un.org/esa/forests/wp-content/uploads/2019/12/Thailand.pdf>

(2) A neutralidade do carbono (tailandês: การหักลบระหว่างการปล่อยคาร์บอนกับการลดหรือดูดคาร์บอน) se refere a um suposto equilíbrio entre as emissões de carbono e a remoção dessas emissões da atmosfera; isso é feito em grande parte por meio de compensações.

(3) Um *Rai* (tailandês: ไร่) é uma unidade usada para medir áreas de terra. É muito usado na Tailândia, e equivale a 0,16 hectare.

(4) Mae Fah Luang Foundation e SEC Innovate Carbon Credit Offsetting Project to Combat Climate Change, <https://www.maefahluang.org/en/carbon-credit-program/>

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Soluções baseadas na natureza: empresas poluidoras alimentam o caos climático com maquiagem verde e compensações ilusórias

Acabar com a queima de combustíveis fósseis é urgente, mas as empresas de petróleo e gás estão aumentando a produção e os lucros em 2022. Os poluidores maquam suas atividades de verde alegando que compensam suas emissões com investimentos em “soluções baseadas na natureza”, o que significa grilagem de terras, violência e controle corporativo sobre vastas áreas de terra no Sul global.

É necessário acabar urgentemente com a queima de combustíveis fósseis para conter o caos climático, mas as grandes empresas de petróleo e gás têm aumentado a produção e obtido lucros abundantes em 2022. Elas não estão interessadas em manter os combustíveis fósseis no solo. Em vez disso, as empresas poluidoras – não apenas do setor de petróleo e gás, mas também de mineração, aviação e TI – bem como outras indústrias de alta emissão, maquam suas atividades de verde, dizendo que compensam as emissões com investimentos em “soluções baseadas na natureza”. Na prática, isso significa grilagem de terras, violência e controle empresarial sobre vastas áreas de terra no Sul global. Enquanto isso, as emissões de carbono continuam.

Em março de 2023, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou seu “relatório de síntese para formuladores de políticas”, na sexta avaliação do painel sobre a ciência do caos climático. Esses relatórios são documentos que resultam de muita negociação, deixando de fora tanto quanto dizem. O relatório mais recente, no entanto, é especialmente contundente sobre a necessidade de reduções “profundas, rápidas e sustentadas” nas emissões de gases de efeito estufa durante esta década para manter a chance de limitar o caos climático incontrolável. Já em fevereiro, o secretário-geral da ONU, António Guterres, disse ao Conselho de Direitos Humanos da organização que “os produtores de combustíveis fósseis e seus financiadores devem entender uma verdade simples: buscar megalucros quando tantas pessoas estão perdendo suas vidas e seus direitos, agora e no futuro, é totalmente inaceitável.” (1)

No entanto, esses mesmos produtores de combustíveis fósseis aumentaram a produção e obtiveram lucros excepcionais em 2022. A Shell, por exemplo, informou os maiores lucros em 115 anos. (2) Manter o petróleo e o gás fluindo está inevitavelmente causando danos, não apenas ao clima, mas também à vida humana e não humana nos locais de extração e ao longo das cadeias de fornecimento como um todo. Empresas e associações comerciais como o American Petroleum Institute estão plenamente cientes dessa realidade, e justamente por isso estão gastando bilhões de dólares em anúncios com imagens de florestas e de um “futuro verde e limpo”, no qual as empresas de gás e petróleo são representadas como soluções para as mudanças climáticas. (3) Esses anúncios desviam a atenção do fato de que a liberação, na atmosfera, de carbono fóssil que esteve enterrado por milhões de anos em depósitos subterrâneos de carvão, petróleo e gás é a principal causa da mudança climática. Frequentemente sugerem que as emissões das empresas

podem ser compensadas sequestrando mais carbono em florestas, manguezais, árvores ou solos. Compensar suas emissões dessa maneira, afirmam as empresas, torna seus produtos “neutros em carbono” ou com “emissão líquida zero”. Enquanto isso, a queima de combustíveis fósseis continua, e a concentração de carbono fóssil na atmosfera segue aumentando, alimentando o caos climático.

Uma análise das promessas de emissão “líquida zero” nos setores de petróleo e gás, mineração, aviação e TI mostra que as promessas de “descarbonização” dependem muito da compensação de carbono. Nenhuma das empresas desses setores prometeu interromper a extração ou o uso de carbono fóssil. Isso significa inevitavelmente mais caos climático. As empresas escondem essa verdade por trás da falsa promessa de que existem “soluções baseadas na natureza” (esquemas de compensação de carbono, em outras palavras) que tornarão possível a queima de combustíveis fósseis sem causar danos ao clima.

Expropriações baseadas na natureza

O conceito de “soluções baseadas na natureza” foi introduzido no vocabulário ambiental por ONGs de conservação e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 2016. O principal objetivo era garantir financiamento para áreas protegidas cuja gestão era feita por essas ONGs conservacionistas. A ideia: as empresas poluidoras pagam às ONGs para armazenar carbono extra nas florestas e recebem créditos de carbono em troca. (4) Seu enfoque de “conservação sem gente” tem causado inúmeros conflitos e violência contra Povos Indígenas e comunidades tradicionais cujos territórios são transformados em áreas protegidas para armazenar carbono de uma forma “baseada na natureza”. (5)

As restrições às práticas dos pequenos agricultores e ao uso dessas florestas pelos povos indígenas são justificadas por ONGs conservacionistas e compradores de créditos de carbono com a alegação de que “proteger o carbono armazenado na floresta é importante para o clima”. Explícita ou implicitamente, o uso dos recursos comuns das florestas, as práticas de agricultura itinerante e as queimadas controladas para preparar a terra são falsamente acusados de causadores do desmatamento, enquanto o desmatamento em grande escala impulsionado pelas empresas continua sem ser enfrentado. (6)

As empresas dos setores de petróleo e gás, mineração, TI e aviação, bem como outras indústrias de alta emissão, são fortes defensoras do falso conceito de “soluções baseadas na natureza”. Mais do que isso, elas têm comprado créditos de projetos de conservação de carbono em florestas e solos que impõem fortes restrições sobre como camponeses no Brasil e na Indonésia, pastores no norte do Quênia e povos indígenas no Peru podem ou não usar suas terras ancestrais. (7) Muitos desses projetos também demonstraram estar vendendo “créditos de carbono ilusórios”. (8) Nesses casos, é muito improvável que os créditos realmente representem uma tonelada extra de carbono armazenada nas árvores ou uma tonelada a mais de carbono que não deixou de ser lançada na atmosfera.

A Shell, por exemplo, tem comprado créditos de projetos de carbono florestal na Indonésia e no Peru. (9) A expropriação baseada na natureza promovida pela empresa para alegar que compensa suas emissões de combustíveis fósseis exigiria, por si só, o plantio de árvores ou a alteração do uso das florestas pelas comunidades em pelo menos 8,1 milhões de hectares de terra *por ano*.

Também as empresas globais do agronegócio e de celulose e papel usam cada vez mais maquiagem verde em seu violento modelo de plantações industriais como uma “solução baseada na natureza” para a crise climática. A gigante brasileira de celulose e papel Suzano, por exemplo, está buscando gerar créditos de carbono a partir de uma expansão maciça de plantações de árvores no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, onde a empresa está construindo a maior fábrica do mundo para a produção de celulose a partir de eucalipto. (10) Recentemente, a Suzano apresentou documentação para obter créditos de carbono de suas plantações de eucalipto e de áreas de conservação dentro das plantações, no âmbito do altamente criticado sistema da Verra, o Verified Carbon Standard (VCS). (11)

No setor de mineração, a Rio Tinto foi uma das primeiras empresas globais a recorrer à compensação da biodiversidade para justificar a destruição das florestas em Madagascar. Na mina de Fort Dauphin, a QMM – uma das subsidiárias da Rio Tinto em Madagascar – extrai óxido de titânio (também chamado de ilmenita) que é usado para fabricar tinta branca e outros produtos. (12) Em 2022, a empresa, que é dona de 4 milhões de hectares em todo o mundo, anunciou que estava considerando a possibilidade de ganhar dinheiro extra com a venda de créditos de carbono plantando árvores nas terras que já havia destruído com suas operações de mineração. (13)

Em 2015, a gigante anglo-australiana da mineração BHP foi notícia por sua responsabilidade pelo rompimento de uma barragem que causou o pior desastre ambiental do Brasil, matando 19 pessoas e destruindo aldeias, quando uma inundação de resíduos de mineração varreu o rio Doce e o Oceano Atlântico por mais de 650 km. (14) No ano seguinte, e com a BHP negando responsabilidade pelo rompimento da barragem, a empresa anunciou uma parceria com a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês) do Banco Mundial e a ONG Conservation International, para investir na conservação florestal e obter créditos de carbono em troca do investimento. (15) Em 2018, a BHP também apoiou um projeto de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) gerido pela mesma Conservation International e pelo Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SERNANP), do Peru. O projeto Alto Mayo cobre uma área de 182 mil hectares na região de San Martín, no norte do país, e afeta mais de 5 mil pessoas. Em janeiro de 2023, o jornal britânico The Guardian descreveu que famílias ficaram desabrigadas quando suas casas no Parque Nacional foram queimadas, e que elas foram informadas de que aquilo agora era uma floresta de carbono. (16) Desde junho de 2008, o projeto produziu mais de 7,4 milhões de créditos, que foram comprados por empresas como Microsoft, United Airlines, Disney, BHP e Gucci.

As principais empresas poluidoras do setor de aviação também utilizaram maquiagem verde no crescimento contínuo dos voos, com compensação por meio de “soluções” baseadas na natureza. As principais companhias aéreas internacionais estão entre os compradores de créditos de

carbono de cada um dos projetos de compensação florestal que foram notícia por causar conflitos e restringir o uso tradicional da terra ou por vender créditos de carbono ilusórios. (17) O avião é um meio de transporte muito excludente. Aproximadamente 80% da população mundial não voam ou não podem pagar para voar. Em 2018, apenas 2% a 4% fizeram voos internacionais, e só 1% – os passageiros frequentes – emite 50% do dióxido de carbono da aviação comercial (18).

No setor de TI, empresas que vão desde Amazon até a Microsoft e a Netflix recorrem à compra de créditos de carbono e à promoção de “soluções baseadas na natureza” para maquiagem verde sua já enorme – e cada vez maior – pegada de carbono. A Meta, controladora da Netflix e do Facebook, por exemplo, comprou créditos de um projeto de conservação de carbono no solo no norte do Quênia. Em seu relatório “Blood Carbon” (Carbono de Sangue), a Survival International mostra que o projeto vendeu milhões de créditos ilusórios. O projeto também “depende do desmantelamento dos antigos sistemas tradicionais de pastoreio dos povos indígenas e sua substituição por um sistema controlado de forma centralizada, mais semelhante à pecuária comercial”. (19)

Esses são apenas alguns dos exemplos de como os maiores poluidores do mundo usam a compensação de carbono e as expropriações baseadas na natureza para ocultar sua responsabilidade pelo caos climático causado por sua queima de combustíveis fósseis no passado e no presente. Enquanto isso, aumentam os custos econômicos, ambientais e sociais, e cresce insuportavelmente o sofrimento humano devido a secas, ondas de calor, tempestades e inundações cada vez mais frequentes e extremas. Os mais atingidos são comunidades que estão na linha de frente das lutas pela terra e grupos marginalizados nas sociedades.

Nesse contexto, movimentos sociais e redes da sociedade civil continuam repetindo que a compensação de carbono é uma distração perigosa que retarda a acumulação de forças para o fim rápido e inevitável da queima de combustíveis fósseis. Em 2021, por exemplo, mais de 360 grupos disseram *Não* às “soluções baseadas na natureza” (20) e, em março de 2023, mais de 80 grupos exigiram que a União Europeia rejeitasse as compensações de carbono após uma série de escândalos mostrando que milhões desses créditos emitidos pelo maior sistema voluntário de compensação, o Verified Carbon Standard, da Verra, eram créditos “ilusórios”. (21)

Onde as compensações das “soluções baseadas na natureza” se estabelecem, as comunidades resistem às restrições impostas aos seus modos de vida e seus meios de subsistência. Essa resistência à apropriação de terras na equação da compensação de carbono traz à tona uma grande injustiça por trás da compensação: comunidades do Sul global são forçadas a mudar seu modo de vida para que corporações possam continuar lucrando com a extração de combustíveis fósseis e com o modelo de crescimento capitalista que abastece a crise climática.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (1) Observações do secretário-geral da ONU, António Guterres, ao Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, em 27 de fevereiro de 2023. <https://press.un.org/en/2023/sgsm21700.doc.htm>
- Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2023. <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>
- (2) Calls for bigger windfall tax after Shell makes 'obscene' \$40bn profit. <https://www.theguardian.com/business/2023/feb/02/shell-profits-2022-surge-oil-prices-gas-ukraine>
- (3) Desmog. Big oil's trade group allies outspent clean energy groups by a whopping 27 times. <https://www.desmog.com/2023/02/15/big-oil-trade-groups-american-petroleum-institute-outspent-clean-energy/>
- (4) Friends of the Earth International. 2021. Nature-based solutions: a wolf in sheep's clothing. <https://www.foei.org/publication/nature-based-solutions-a-wolf-in-sheeps-clothing/>
- (5) Veja a coletânea de publicações do WRM sobre a violência da abordagem da "conservação de fortaleza" em <https://www.wrm.org.uy/pt/temas/conservacionismo>
- (6) Veja, entre outros, World Rainforest Movement (2022). 15 anos de REDD. Um esquema corrompido em sua essência. <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD>
- (7) Milieudefensie How Shell is using nature-based solutions to continue its fossil-fuel agenda. 2022. <https://en.milieudefensie.nl/news/shells-pipe-dream> Survival International. Blood Carbon. 2023. <https://www.survivalinternational.org/news/13659> World Rainforest Movement. Neocolonialismo na Amazônia. <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/neocolonialismo-na-amazonia-projetos-redd-em-portel-brasil> 2022. Declaração das comunidades Quéchua. These are not just concerns, they are violations of our rights. 2022 <https://www.forestpeoples.org/en/press-release/07-2022/no-preocupaciones-sino-violaciones-derechos-iucn-pncaz-cima>.
- (8) B. Crezee & T. Gijzel. Showcase project by the world's biggest carbon trader actually resulted in more carbon emissions. 2023. <https://www.ftm.eu/articles/south-pole-kariba-carbon-emission> Source Material. World's biggest companies, from Netflix to Ben & Jerry's, are pouring billions into an offsetting industry whose climate claims appear increasingly at odds with reality. 2023. <https://www.source-material.org/vercompanies-carbon-offsetting-claims-inflated-methodologies-flawed/> Die Zeit.. CO2 Certificates: Phantom Offsets and Carbon Deceit. 2023. <https://www.zeit.de/wirtschaft/2023-01/co2-certificates-fraud-emissions-trading-climate-protection-english>
- (9) Milieudefensie How Shell is using nature-based solutions to continue its fossil-fuel agenda. 2022. <https://en.milieudefensie.nl/news/shells-pipe-dream>
- (10) Paper 360°. Suzano sets the standard for sustainable pulping. 2022. <https://assets.siemens-energy.com/siemens/assets/api/uuid:af37aea3-9e74-46e3-a45e-d3c7970f35cc/suzano-article-paper360.pdf>
- (11) Projeto de créditos de carbono da Suzano: <https://registry.verra.org/app/projectDetail/VCS/2790>
- (12) ReCommon. Your Mine. A mine owned by multinational destroys a forest, a village is pushed into hunger, a community that won't stop resisting. https://www.youtube.com/watch?v=_xZB2xyCfQ
- (13) Rio Tinto. Exploring nature-based solutions to climate change. Investing in conservation will accelerate decarbonisation. Setembro de 2022. <https://www.riotinto.com/news/stories/exploring-nature-based-solutions#>
- (14) The Guardian. London court reopens \$7bn Brazil dam collapse lawsuit against BHP. Julho de 2021. <https://www.theguardian.com/business/2021/jul/28/london-court-reopens-7bn-brazil-fundao-dam-collapse-lawsuit-against-bhp>
- (15) ReCommon. Mad Carbon Laundering. 2017. <https://www.recommon.org/en/mad-carbon-laundering/> BHP explains its forest carbon investment. <https://www.bhp.com/news/media-centre/releases/2016/10/bhp-billiton-and-ifc-collaborate-on-new-forests-bond>
- (16) Guardian article 'Nowhere else to go. Janeiro de 2023. <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/forest-communities-alto-mayo-peru-carbon-offsetting-aoe>
- (17) Unearthed. Top airlines' promises to offset flights rely on 'phantom credits.' <https://unearthed.greenpeace.org/2021/05/04/carbon-offsetting-british-airways-easyjet-verra/>
- (18) Stay Grounded. The injustice of flying. <https://stay-grounded.org/get-information/#injustice>
- (19) Survival International. Blood Carbon. 2023. <https://www.survivalinternational.org/news/13659>
- (20) Collection of materials linked to statement NO to Nature Based "Solutions"! <https://www.wrm.org.uy/special-section/no-to-nature-based-solutions>
- (21) Open Letter. 80 NGOs demand that the EU rejects carbon offsets. Offsets have no place in the policy toolbox. <https://reddmonitor.substack.com/p/80-ngos-demand-that-the-eu-rejects>

DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

Boletim do WRM, de março de 2018

Mulheres e plantações: quando a violência se torna invisível

Neste mês de março, lembramos de um boletim que denuncia as camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres que vivem no entorno das plantações. As monoculturas impõem violência – especificamente sobre as mulheres, pilares da vida comunitária. Nossa solidariedade às mulheres que sofrem, resistem e se organizam contra essa opressão sistemática.

<https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/mulheres-e-plantacoes-quando-a-violencia-se-torna-invisivel>

RECOMENDADOS

O modelo de plantações no Chile: a causa dos megaincêndios

No início de 2023, o Chile voltou a sofrer megaincêndios que causaram danos devastadores às regiões afetadas. Os debates dominantes, no entanto, omitem o que o [relatório do Center for Climate and Resilience Science \(CR2\)](#) deixou claro: “50% da área queimada em decorrência de megaincêndios entre 1985 e 2018 estavam cobertos por plantações exóticas”, principalmente pinus e eucalipto. O [problema dos megaincêndios é que](#) as gigantescas áreas de plantações industriais facilitam muito sua expansão, conforme noticiou o portal de notícias chileno El Resumen. Já em 2018, [um artigo do boletim do WRM](#) alertava sobre megaincêndios em relação à indústria de plantações no Chile e sua total impunidade. Nesse contexto, voltamos a recomendar o documentário “Llamas del despojo. Incendios del negocio forestal”, que busca promover o debate sobre um dos muitos problemas causados pelas plantações nas comunidades onde estão instaladas: os incêndios. [Você pode assistir, em espanhol, aqui.](#)

Peru: Projeto de “Lei Genocida” contra povos indígenas isolados

Um setor do Congresso peruano, ligado à indústria de madeira e à de combustíveis fósseis, apresentou um projeto de lei que, se aprovado, certamente levaria os povos indígenas isolados do país ao extermínio. A Lei foi apresentada em novembro de 2022, em meio a uma revolta social no país. Ela pretende eliminar o reconhecimento e, portanto, os direitos dos 25 povos indígenas isolados e recentemente contatados do país. Além disso, busca revogar as reservas indígenas já estabelecidas para esses povos e assim poder abrir esses territórios a indústrias extrativas. Isso também ameaça impedir a criação das outras quatro reservas que ainda não foram homologadas. Historicamente, esses povos foram “contatados” muitas vezes – contatos esses, em sua maioria, cheios de violência por parte de indústrias, missionários e governo. Mas essa lei levaria a violência a um nível muito mais preocupante. A AIDSESP, a maior organização de Povos Indígenas em nível nacional, [condenou veementemente esse projeto de Lei e apela à sociedade civil](#) como um todo para que o denuncie, uma vez que ele pode significar o genocídio daqueles povos. Você pode assinar uma petição da organização Survival para impedir esse projeto de lei: [em espanhol](#) e [em inglês](#). [Leia sobre esse projeto de lei, em inglês, aqui.](#)

“O escândalo da energia verde”: Drax recebe subsídios para queimar florestas
Uma investigação do programa Panorama, da BBC, revela como a empresa britânica de energia Drax está ligada à exploração de madeira nas florestas da Colúmbia Britânica, no Canadá. A Drax passou da queima de carvão para a queima de pellets de madeira, o que deu à empresa dotações bilionárias dos contribuintes na forma de subsídios “verdes”. As emissões da queima de pellets de madeira, no Reino Unido, são consideradas “neutras em carbono” e, portanto, não são incluídas na contabilidade de gases do efeito estufa. Esse é apenas um aspecto da enganosa narrativa de “biomassa” que a investigação aborda. [Você pode assistir ao documentário aqui, em inglês](#). Se isso não bastasse, a [Drax recentemente fez parceria com uma empresa chamada C-Zero](#) para usar a “Bioenergia com sequestro e armazenamento de carbono (BECCS)”, que afirma falsamente sequestrar e armazenar permanentemente o dióxido de carbono da geração de *bioenergia*. A BECCS é classificada equivocadamente como uma “tecnologia de remoção de carbono”, com base no falso pressuposto de que a energia de biomassa é “neutra em carbono” e que captar e armazenar as emissões da queima de madeira a torna “negativa em carbono” – ou seja, reivindicam-se mais subsídios! [Leia mais sobre os problemas dessa tecnologia BECCS em um relatório da Biofuel Watch, em inglês, aqui](#). As estratégias empresariais usadas pela Drax e seus parceiros representam uma ameaça de expansão de plantações e operações madeireiras no sul.

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:
Boletim 265 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "A ofensiva extrativista e os mercados de carbono nas florestas: impactos e resistências" (<https://wrm.org.uy/pt/>)**

[Assine o Boletim do WRM](#)

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos
para defender seus territórios e florestas.
A assinatura é gratuita.***

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
“Reflexões, histórias e lutas contra a violência da economia verde”
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês
Editora: Joanna Cabello
Apoio editorial: Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM
Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai
Tel/fax: +598 26056943
wrm@wrm.org.uy
<http://wrm.org.uy/pt>